

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	9
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	18

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	667.013.209
Preferenciais	0
Total	667.013.209
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	2.313.049	2.272.771
1.01	Ativo Circulante	286.521	267.650
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.649	10.859
1.01.02	Aplicações Financeiras	28.043	25.274
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	28.043	25.274
1.01.03	Contas a Receber	23.346	22.781
1.01.03.01	Clientes	23.346	22.781
1.01.03.01.01	Concessionárias e permissionárias	23.346	22.781
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.036	5.627
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.036	5.627
1.01.07	Despesas Antecipadas	238	430
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	210.209	202.679
1.01.08.03	Outros	210.209	202.679
1.01.08.03.01	Concessão do serviço público (ativo do contrato)	196.056	192.220
1.01.08.03.02	Outros créditos	14.153	10.459
1.02	Ativo Não Circulante	2.026.528	2.005.121
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.025.344	2.003.850
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	93.132	71.156
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.932.212	1.932.694
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	8	9
1.02.01.10.09	Concessão do serviço público (ativo do contrato)	1.927.083	1.919.968
1.02.01.10.10	Tributos a recuperar	2.620	3.740
1.02.01.10.11	Instrumentos financeiros derivativos	2.501	8.977
1.02.03	Imobilizado	413	441
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	413	441
1.02.04	Intangível	771	830
1.02.04.01	Intangíveis	771	830

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	2.313.049	2.272.771
2.01	Passivo Circulante	153.441	149.431
2.01.02	Fornecedores	1.774	6.105
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.774	6.105
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.909	2.611
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.909	2.611
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.909	2.611
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	97.005	94.210
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	14.979	14.979
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	14.979	14.979
2.01.04.02	Debêntures	82.026	79.231
2.01.05	Outras Obrigações	52.753	46.505
2.01.05.02	Outros	52.753	46.505
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26.032	26.032
2.01.05.02.04	Encargos setoriais	1.663	1.706
2.01.05.02.05	Encargos de dívidas	1.767	796
2.01.05.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	7.203	6.351
2.01.05.02.07	Benefícios pós-emprego	1	1
2.01.05.02.09	Outras passivos	16.087	11.619
2.02	Passivo Não Circulante	1.031.287	1.022.960
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	503.123	504.890
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	182.113	191.179
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	98.614	191.179
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	83.499	0
2.02.01.02	Debêntures	321.010	313.711
2.02.02	Outras Obrigações	205.006	204.226
2.02.02.02	Outros	205.006	204.226
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições sociais	196.423	195.399
2.02.02.02.05	Fornecedores	6.711	7.320
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	1.305	1.087
2.02.02.02.07	Benefícios pós-emprego	3	2
2.02.02.02.08	Outros passivos	564	418
2.02.03	Tributos Diferidos	309.866	300.947
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	309.866	300.947
2.02.04	Provisões	13.292	12.897
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.292	12.897
2.03	Patrimônio Líquido	1.128.321	1.100.380
2.03.01	Capital Social Realizado	667.013	667.013
2.03.02	Reservas de Capital	48.934	48.921
2.03.02.07	Reservas de capital	48.934	48.921
2.03.04	Reservas de Lucros	384.448	384.448
2.03.04.01	Reserva Legal	34.092	34.092
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	126.436	126.436
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	215.856	215.856
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	8.064	8.064

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	27.928	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2	-2

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	55.016	58.782
3.01.01	Receita de infra, operação e manutenção, ganho de eficiência na implem da infra e outras, líquidas	1.700	0
3.01.02	Remuneração dos ativos da concessão	53.316	58.782
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.478	-10.186
3.02.01	Pessoal e administradores	-2.411	-2.309
3.02.02	Material	-632	-1.428
3.02.03	Serviços de terceiros	-94	-235
3.02.04	Benefícios pós-emprego	-49	-45
3.02.05	Custo de construção	-117	-6.052
3.02.06	Depreciação e amortização	0	-90
3.02.07	Outros	-175	-27
3.03	Resultado Bruto	51.538	48.596
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.531	-2.659
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.466	-2.606
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-500	-514
3.04.02.02	Benefícios pós-emprego	-9	-8
3.04.02.03	Material	-40	13
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-1.684	-875
3.04.02.05	Amortização e depreciação	-86	-84
3.04.02.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórios e ambientais	10	3
3.04.02.07	Provisões para créditos de liquidação duvidosa	1.384	0
3.04.02.08	Outros	-541	-1.141
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-65	-53
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	50.007	45.937
3.06	Resultado Financeiro	-11.376	-11.067
3.06.01	Receitas Financeiras	4.390	1.628
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	3.702	1.459
3.06.01.02	Outras receitas financeiras	688	169
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.766	-12.695
3.06.02.01	Encargos de dívidas - juros	-4.479	-3.829
3.06.02.02	Encargos de dívidas - var monet.e cambial	-4.226	-8.466
3.06.02.03	Atualização contingência	-420	-354
3.06.02.05	Atualização PEE e P&D	-37	-25
3.06.02.06	Marcação a mercado derivativos	-730	0
3.06.02.07	Marcação a mercado da dívida	730	0
3.06.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	-6.598	0
3.06.02.09	Outras despesas financeiras	-6	-21
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	38.631	34.870
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.703	-10.054
3.08.01	Corrente	-2.584	-968
3.08.02	Diferido	-8.119	-9.086
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	27.928	24.816
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	27.928	24.816

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,04	0,04

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	27.928	24.816
4.03	Resultado Abrangente do Período	27.928	24.816

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	32.926	23.401
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.948	-4.692
6.01.01.01	Lucro do período	27.928	24.816
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10.703	10.054
6.01.01.03	Pis e Cofins diferido	1.013	1.615
6.01.01.04	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	5.423	11.198
6.01.01.06	(Reversão) constituição de provisões para riscos	-10	-3
6.01.01.07	Amortização e depreciação	86	174
6.01.01.08	Remuneração do Ativo de contrato de concessão	-53.316	-52.456
6.01.01.09	Margem e perda na eficiência do ativo de contrato da Transmissão	-2	-96
6.01.01.10	Marcação a Mercado dividas	-730	0
6.01.01.11	Provisão para Créditos de liquidação duvidosa	-1.384	0
6.01.01.12	Programa de remuneração variável- ILP	13	6
6.01.01.13	Marcação a Mercado de derivativos	730	0
6.01.01.14	Instrumento Financeiros Derivativos	6.598	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	35.874	28.093
6.01.02.01	Concessionárias permissionarias	43.303	38.941
6.01.02.05	Impostos a recuperar	-1.289	-618
6.01.02.06	Depósitos judiciais	1	16
6.01.02.07	Despesas antecipadas	192	688
6.01.02.09	Outros créditos	-3.693	-3.044
6.01.02.10	Fornecedores	-4.940	-9.164
6.01.02.11	Tributos e contribuições sociais	-416	-810
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.059	-907
6.01.02.13	Encargos setoriais	175	137
6.01.02.14	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-15	-1
6.01.02.15	Outras contas a pagar	4.615	2.855
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-21.160	-22.717
6.02.02	Aplicações Financeiras e recursos vinculados	-21.043	-16.665
6.02.03	Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia	-117	-6.052
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.976	-1.158
6.03.01	Pagamentos de empréstimos, debêntures - principal	-3.745	-3.745
6.03.02	Pagamentos de empréstimos, debêntures - juros	-2.231	-2.473
6.03.04	Recursos destinados a aumento de capital	0	5.060
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.790	-474
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.859	8.671
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.649	8.197

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	48.921	384.448	0	-2	1.100.380
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	48.921	384.448	0	-2	1.100.380
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	13	0	0	0	13
5.04.08	Programa de remuneração variável- ILP	0	13	0	0	0	13
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.928	0	27.928
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.928	0	27.928
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	48.934	384.448	27.928	-2	1.128.321

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	82.934	350.888	0	0	1.100.835
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	82.934	350.888	0	0	1.100.835
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.066	0	0	0	5.066
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	5.060	0	0	0	5.060
5.04.09	Programa de remuneração variável- ILP	0	6	0	0	0	6
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.816	0	24.816
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.816	0	24.816
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	88.000	350.888	24.816	0	1.130.717

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	64.480	66.901
7.01.02	Outras Receitas	63.096	66.901
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	1.384	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.891	-9.375
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.461	-2.525
7.02.04	Outros	-430	-6.850
7.02.04.01	Outros	-430	-6.850
7.03	Valor Adicionado Bruto	61.589	57.526
7.04	Retenções	-86	-174
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-86	-174
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	61.503	57.352
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.604	1.707
7.06.02	Receitas Financeiras	4.604	1.707
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	66.107	59.059
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	66.107	59.059
7.08.01	Pessoal	2.511	2.450
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.068	2.067
7.08.01.02	Benefícios	317	206
7.08.01.03	F.G.T.S.	126	177
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	19.426	18.730
7.08.02.01	Federais	19.425	18.676
7.08.02.02	Estaduais	0	53
7.08.02.03	Municipais	1	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.242	13.063
7.08.03.01	Juros	15.766	12.695
7.08.03.02	Aluguéis	476	368
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	27.928	24.816
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	27.928	24.816

Comentário do Desempenho

LINHAS DE MACAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
RESULTADOS 1º. TRIMESTRE DE 2026

Cataguases, 11 de maio de 2026 – A Administração da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. (“Linhas de Macapá”, “LMTE” ou “Companhia”) apresenta os resultados do primeiro trimestre (1T26) de 2026. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. (“LMTE” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida em Minas Gerais, com filiais no Amapá, no Pará e no Rio de Janeiro. A Companhia se encontra em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Gemini Energy S.A. detêm 85,04% do capital social da Companhia. Os outros 14,96% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.



Gemini

LMTE	LXTE	LTTE
85,04%	83,34%	100%

Segue abaixo quadro com o resumo da concessão:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	RAP Ciclo 25-26 (R\$ milhão) ^(a)	Receitas de Fibra Ótica	Status
LMTE	out/08	AP/PA	685	1.410	jun/13	171,7 ^(a)	24,7	Operacional

(a) Os valores publicados de receita anual permitida (RAP) são referentes ao ciclo 25/26, líquidos de PIS/COFINS e consideram as receitas adicionais de R\$ 2,4 milhões com base na REA nº 11.996/22 e R\$ 7,7 milhões com base na REA nº 13.314/23, passando a valer a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026.

Comentário do Desempenho

2. PRINCIPAIS DIFERENÇAS – SOCIETÁRIO X REGULATÓRIO

O resultado financeiro das Companhias do segmento de transmissão de energia do Brasil é elaborado a partir de dois métodos de contabilização: 1) Demonstrações Financeiras IFRS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), conhecido como Resultado Societário, com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras; e 2) Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), definida como Resultado Regulatório.

Receita: No societário, os investimentos realizados ao longo da concessão são contabilizados como ativo de contrato no balanço patrimonial, sendo reconhecido uma receita de construção de infraestrutura como contrapartida na demonstração de resultados. Além disso, também é contabilizada a remuneração do ativo de contrato com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão. Após a entrada em operação, a receita de construção de infraestrutura deixa de ser contabilizada e a receita operacional dos serviços de operação e manutenção passa a ser reconhecida. Por outro lado, na contabilidade regulatória, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, sendo depreciados ao longo de sua vida útil, e a Receita é representada de fato pelos recebimentos após a entrada em operação do ativo (a Receita Anual Permitida, conhecida como RAP) reconhecida mensalmente através do aviso de crédito (AVC), ao longo do prazo da concessão, assemelhando-se à receita percebida no fluxo de caixa operacional.

Custo de Construção: Os custos de implementação de infraestrutura, que são os investimentos realizados durante o período pré-operacional, são reconhecidos no resultado societário enquanto na contabilidade regulatória inexistem.

Depreciação e amortização: No societário, os investimentos relativos às concessões são reconhecidos como ativo de contrato no balanço patrimonial e amortizados pelo recebimento efetivo da RAP. O ativo imobilizado reconhecido no balanço patrimonial refere-se aos bens e não relacionados à concessão. Na contabilidade regulatória, os investimentos realizados na concessão são contabilizados como imobilizado, sofrendo depreciação ao longo da sua vida útil, limitado ao prazo do contrato de concessão.

IR/CSLL: São calculados de acordo com os resultados apurados em cada modalidade de reconhecimento contábil como consequência das diferenças temporárias entre as bases de cálculo societárias e regulatórias, são constituídos os respectivos tributos diferidos.

2.1 Resultado Societário

A adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou IFRS 15 (CPC 47) passou a ser obrigatória a partir do mês de janeiro de 2018, e a Companhia optou pelo IFRS 15 (CPC 47), no qual a entidade deve reconhecer as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme definidas nas normas do CPC 47.

Comentário do Desempenho

2.2 Resultado Regulatório

Com relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja contabilização é preparada e elaborada com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e a receita operacional que as concessionárias têm direito a receber é chamada de Receita Anual Permitida (RAP), garantida pelo contrato de concessão e anualmente reajustada pela inflação.

2.3 Resultados econômico-financeiros Societário x Regulatório

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário da LMTE:

Desempenho Econômico-Financeiro Societário Resultados – R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
Receita de construção de infraestrutura	0	7	-98,1	- 6,5
Ganho na eficiência na implementação da infraestrutura	(0)	(1)	-98,1	+ 0,6
Receita de operação e manutenção	4	3	+ 8,3	+ 0,3
Remuneração dos ativos de concessão	53	52	+ 1,6	+ 0,9
Outras receitas operacionais	6	5	+ 21,7	+ 1,1
Total da receita bruta	63	67	- 5,7	- 3,8
Deduções da receita	(8)	(8)	- 0,5	+ 0,0
Receita operacional líquida	55	59	- 6,4	- 3,8
PMSO	(6)	(7)	- 6,6	+ 0,4
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	1	(0)	- 2.811,2	+ 1,4
Custo de construção	(0)	(6)	- 98,1	+ 5,9
Amortização / Depreciação	(0)	(0)	- 50,4	+ 0,1
Resultado financeiro	(11)	(11)	+ 2,8	- 0,3
Contribuição social e imposto de renda	(11)	(10)	+ 6,5	- 0,6
Lucro líquido	28	25	+ 12,5	+ 3,1
EBITDA	50	46	+ 8,6	+ 4,0
Margem EBITDA (%)	91	78	+ 12,6 p.p.	-

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Principais impactos do resultado societário:

Receita operacional líquida societária: a receita líquida IFRS totalizou R\$ 55,0 milhões no 1T26, uma redução de R\$ 3,8 milhões em comparação ao 1T25 em função da redução da receita de construção ocasionada pela entrada em operação do reforço de grande porte.

PMSO: a rubrica alcançou R\$ 6,1 milhões no 1T26 redução de R\$ 0,4 milhão na comparação com o 1T25 devido as menores aquisições de sobressalentes e materiais para implementação de melhoria na infraestrutura da concessão (-R\$ 0,6 milhão) no 1T26, na comparação com 1T25.

Demais despesas operacionais: No 1T26, a rubrica teve uma redução R\$ 1,4 milhão. Essa redução foi ocasionada por estorno não recorrente de provisões relacionadas ao contas receber ocorridas no 1T26 (R\$ 3,5 Milhões) sendo parte desse efeito compensado pelas alterações de prognóstico de contingências.

Custo de construção: a linha de custo de construção reduziu R\$ 5,9 milhões no 1T26 em comparação com o 1T25 devido a entrada em operação do reforço de grande porte em 2025.

EBITDA e margem EBITDA: o EBITDA alcançou R\$ 50,1 milhões no 1T26, aumento de R\$ 4,0 milhões do registrado no 1T25, principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida e PMSO.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 11,4 milhões no 1T26, ocasionando um aumento de R\$ 0,3 milhões na comparação com 1T25, devido aos seguintes eventos:

- (i) Aumento da despesa financeira ocasionado pelo efeito líquido entre o resultado do SWAP (+R\$ 6,5 milhões) e redução de encargos dívidas em função das amortizações ocorridas entre os períodos (-R\$3,5 milhões).

Esse efeito foi compensado pelos seguintes eventos:

- (ii) Aumento das receitas oriundas das aplicações financeiras (-R\$ 2,7 milhões).

Lucro líquido: a Companhia registrou um lucro de R\$ 27,8 milhões no 1T26, aumento de R\$ 3,1 milhões na comparação com o 1T25, em função dos eventos descritos acima.

Principais impactos do resultado regulatório

Aviso: Os resultados regulatórios são elaborados com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujo conteúdo tem a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão, não sendo considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Vale lembrar que as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's) são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório da LMTE:

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados - R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
Total da receita bruta	52	49	+ 5,5	+ 2,7
Deduções da receita	(7)	(7)	+ 8,7	- 0,6
Receita operacional líquida	45	43	+ 5,0	+ 2,1
PMSO	(6)	(6)	+ 4,7	- 0,3
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	1	(0)	- 2.811,2	+ 1,4
Amortização / Depreciação	(12)	(12)	+ 3,7	- 0,4
Resultado financeiro	(11)	(11)	+ 2,8	- 0,3
Contribuição social e imposto de renda	(3)	(3)	+ 7,1	- 0,2
Lucro líquido	14	12	+ 19,9	+ 2,3
EBITDA Regulatório	41	37	+ 8,7	+ 3,3
Margem EBITDA (%)	90	87	+ 3,1 p.p.	-

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhistas, cíveis, regulatórias, ambientais, fiscais e outras receitas e despesas.

Receita operacional líquida regulatória: No 1T26, a LMTE apresentou uma receita operacional líquida regulatória de R\$ 45,1 milhões, R\$ 2,1 milhões maior do que o registrado no 1T25 devido aos seguintes eventos:

- (i) Reajuste tarifário da RAP (Receita Anual Permitida) de 5,32% (IPCA) conforme Resolução Homologatória nº 3.481 da ANEEL;
- (ii) Maiores registros de AVC complementares no 1T26 (+R\$ 1,2 milhão).

PMSO: a linha de PMSO alcançou R\$ 5,8 milhões, um aumento de R\$ 0,3 milhão no 1T26 em comparação com o 1T25 em consequência de aumento em gastos com materiais, serviços intercompany, vigilância e limpeza (R\$ 0,3 milhão).

Comentário do Desempenho

Demais despesas operacionais: No 1T26, a rubrica teve uma redução R\$ 1,4 milhão. Essa redução foi ocasionada por estorno não recorrente de provisões relacionadas ao contas receber ocorridas no 1T26 (R\$ 3,5 Milhões) sendo parte desse efeito compensado pelas alterações de prognóstico de contingências.

Amortização e Depreciação: No 1T26, as despesas de amortização e depreciação alcançou R\$ 12,0 milhões, em linha com o 1T25.

EBITDA regulatório: alcançou R\$ 40,6 milhões no 1T26, aumento de R\$ 3,2 milhões em relação ao 1T25, principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida e PMSO.

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 11,4 milhões no 1T26, ocasionando um aumento de R\$ 0,3 milhões na comparação com 1T25, devido aos seguintes eventos:

- (i) Aumento da despesa financeira ocasionado pelo efeito líquido entre o resultado do SWAP (+R\$ 6,5 milhões) e redução de encargos dívidas em função das amortizações ocorridas entre os períodos (-R\$3,5 milhões).

Esse efeito foi compensado pelos seguintes eventos:

- (ii) Aumento das receitas oriundas das aplicações financeiras (-R\$ 2,7 milhões).

Lucro líquido: No 1T26, a Companhia apresentou lucro de R\$ 13,8 milhões, R\$ 2,3 milhões maior do que o lucro apresentado no 1T25.

Comentário do Desempenho

3. ESTRUTURA DE CAPITAL

3.1 Caixa e endividamento

A posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 137,8 milhões em março de 2026, frente aos R\$ 107,3 milhões registrados em dezembro de 2025.

Em março de 2026, a dívida líquida foi de R\$ 468,8 milhões, contra R\$ 490,0 milhões em dezembro de 2025.

A seguir, apresentam-se as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos indicados:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/03/2026	31/12/2025	30/09/2025
Circulante	106	101	100
Empréstimos e financiamentos	15	15	15
Debêntures	82	79	79
Encargos de dívidas	2	1	1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	7	6	5
Não Circulante	501	496	532
Empréstimos e financiamentos	182	191	192
Debêntures	321	314	345
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(3)	(9)	(5)
Total das dívidas	607	597	632
(-) Disponibilidades financeiras	138	107	133
Total das dívidas líquidas	469	490	499

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) para o
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ("Companhia" ou "LMTE"), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM categoria "B", cujo objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 009/2008 ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 16 de setembro de 2038, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados do Amapá e Pará composto por linhas transmissão em 500 kV c2 e 230 kV c2, e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA).

As instalações entraram em operação comercial em 12 de junho de 2013 (Tramo de 500 kV) e em 22 de janeiro de 2014 (Tramo 230 kV).

Transmissão de energia elétrica:

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

I – Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III – Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV – Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

V – Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI – Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e,

Notas Explicativas

VII – Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

1.2 Principais assuntos Regulatórios

1.2.1 Reajuste Tarifário Anual

A Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.481, de 15 de julho de 2025, estabeleceu a Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A RAP da companhia é reajustada pelo IPCA (+5,32%).

A seguir, A RAP da Companhia reajustada sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Contrato de concessão	Rede Básica			Rede Fronteiras		Demais instalações	Ciclo 2025-2026	Ciclo 2024-2025
	RBL	RBNI	RMEL	RBL	RBNI	RPEC		
009/2008	152.969	91	3	7.711	2.427	824	164.025	155.740

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações trimestrais e o resumo das políticas contábeis materiais não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.1 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de maio de 2026.

2.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

- (i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2026

Notas Explicativas

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ela não é elegível para pela aplicação do IFRS 19. As aplicações em suas subsidiárias serão avaliadas pela Administração.

3. Informação por segmento

A Companhia atua no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

4. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos são constituídos, principalmente, por caixa, depósitos bancários a vista e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira foi 87,0% do CDI em 31 de dezembro de 2025.

	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	16.649	7.858
Operações compromissadas	-	3.001
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante	16.649	10.859

Notas Explicativas

4.2 Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

	31/03/2026	31/12/2025
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	93.132	71.156
Fundos de investimentos exclusivos		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	29	16
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	10	13
Compromissadas	1.932	1.901
Fundo Multimercado	2.116	2.797
Fundo de Renda Fixa	17.093	13.393
Letra Financeira (LFT)	2.938	3.101
Letra Financeira (LF)	3.435	2.968
Nota de Crédito	33	36
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	457	479
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	-	570
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽¹⁾	121.175	96.430
Circulante	28.043	25.274
Não Circulante	93.132	71.156

⁽¹⁾ Inclui R\$ 93.132 (R\$ 71.156 em 31 de dezembro de 2025) referente a garantia de debêntures.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2026 equivale a 97,5% (98,4% em 31 de dezembro de 2025) do CDI.

5. Concessionárias e permissionárias

	31/03/2026	31/12/2025
Concessionárias e Permissionárias	26.750	27.570
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD ⁽¹⁾	(3.404)	(4.789)
Total – circulante	23.346	22.781

⁽¹⁾ Refere-se basicamente aos saldos a receber de encargos rescisórios de agentes do SIN emitidos pela ONS a favor das transmissoras de energia elétrica, ocorrido de forma excepcional durante o período, onde a Companhia avaliou que sua recuperabilidade é de difícil recebimento e, portanto, efetuou o reconhecimento da provisão para perdas.

Segue demonstração do saldo por idade de vencimento:

	31/03/2026	31/12/2025
A vencer	13.409	16.996
Vencidos até 90 dias	5.012	2.669
Vencidos até 180 dias	644	1.175
Vencidos até 360 dias	1.476	971
Há mais de 360 dias	6.209	5.759
Total – circulante	26.750	27.570

Os vencimentos são programados em até 30 dias após a data de emissão das faturas.

Notas Explicativas

6. Tributos à recuperar

	31/03/2026	31/12/2025
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ	8.513	7.316
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	1.807	1.425
Contribuições ao PIS e a COFINS	322	315
Outros	14	311
Total	10.656	9.367
Circulante	8.036	5.627
Não circulante	2.620	3.740

7. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Gemini Energy S/A, que detém 85,04% do capital total.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Serviços contratados (despesas)	Compartilhamento ⁽⁴⁾	Receita com transmissão de energia ⁽¹⁾	Saldo a pagar
Energisa Soluções S/A ⁽²⁾	(188)	-	-	(621)
Energisa S/A ⁽³⁾	(635)	(157)	-	(375)
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A	-	(1)	194	(1)
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	(1)	121	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	(14)	511	(5)
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	-	116	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	-	(24)	291	(9)
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	(59)	223	(19)
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	-	(30)	58	(11)
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	-	-	200	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	-	-	100	-
31/03/2026	(823)	(286)	1.814	(1.041)
31/12/2025	-	-	-	(951)
31/03/2025	(755)	(311)	1.574	-

⁽¹⁾ Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

⁽²⁾ Refere-se a serviços contratados de Operação e Manutenção.

⁽³⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade, faturamento, telefonia e redes. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato

Notas Explicativas

de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 23 de outubro de 2023 com prazo de validade de 53 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual; e **Serviços de informática e licenciamento de softwares** – contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 01 de novembro de 2023 com vencimento em 31 de outubro de 2026 no valor total de R\$1.994, correspondente ao período de 36 meses, referente: (i) serviços de implantação (migração de sistemas GEMINI); (ii) intercompany ERP (manutenção de licenças e infraestrutura de TI); (iii) infraestrutura de TI (licenciamento e ativos DC principal e contingência); (iv) sustentação (sistemas, infraestrutura e serviços de campo). A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.

- (4) Contrato de compartilhamento – em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022. Em 05 de janeiro de 2024 foi realizado um aditivo contratual incluindo novas empresas.

8. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	31/03/2026	31/12/2025
Ativo		
Prejuízos fiscais	27.050	28.318
Base negativa da contribuição social	9.738	10.195
Diferenças Temporárias:		
Imposto de renda	5.559	4.635
Contribuição social	2.002	1.669
Total – ativo não circulante	44.349	44.817
Passivo		
Diferenças Temporárias:		
Imposto de renda	(260.452)	(254.238)
Contribuição social	(93.763)	(91.526)
Total – passivo não circulante	(354.215)	(345.764)
Total líquido – passivo não circulante	(309.866)	(300.947)

As diferenças temporárias são como segue:

	31/03/2026		31/12/2025	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	108.201	36.788	113.274	38.513
Outras provisões	10.623	3.612	10.623	3.612
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa – PPECLD	3.404	1.158	4.789	1.628
Provisões para contingências judiciais e administrativas	3.401	1.156	3.005	1.022
Outras diferenças temporárias	106	36	124	42
Concessão do serviço público – ativo de contrato	(1.040.633)	(353.815)	(1.013.883)	(344.720)
Marcação a mercado – derivativos	4.702	1.599	(2.626)	(893)
Marcação a mercado – dívida	(1.175)	(400)	(445)	(151)
Total líquido – passivo não circulante	(911.371)	(309.866)	(885.139)	(300.947)

Notas Explicativas

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Total
2026	3.049
2027	5.697
2028	8.568
2029	7.526
2030	9.144
2031 a 2033	8.255
Após 2033	2.110
Total	44.349

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

Alíquota efetiva	31/03/2026	31/03/2025
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	38.631	34.870
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais nominais	(13.135)	(11.856)
Ajustes:		
Incentivo fiscal – Redução 75% IRPJ e adicionais (SUDAM) ⁽¹⁾	2.235	1.944
Incentivo fiscal – Outros ⁽²⁾	207	23
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa etc.)	-	(89)
Outros ajustes	(10)	(76)
Imposto de renda e contribuição social	(10.703)	(10.054)
Alíquota efetiva	27,70%	28,83%

⁽¹⁾ A companhia possui direito ao benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais para o exercício de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027 através do laudo Constitutivo nº 0069/2018 – Reconhecido pelo ADE RFB 135/2019.

⁽²⁾ Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

9. Concessão de serviço público (Ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47/IFRS 15.

A Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 48/IFRS 9, onde para o período findo em de março de 2026 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

Descrição	
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Jurupari – Laranjal – Macapá e LT 500 kV Jurupari – Oriximiná C1 e C2
Margem de construção	0% a 5%
Margem de operação e manutenção	8,19%
Taxa de remuneração ⁽¹⁾	3 a 8%
Índice de correção do contrato	IPCA
Custos incorridos	1.365.158
RAP anual ⁽²⁾	171.704

⁽¹⁾ A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Notas Explicativas

(2) A resolução homologatória da ANEEL nº 3.481 de 15 de julho de 2025 estabelece as receitas anuais permitidas (RAP) para o ciclo 2025-2026, reajustando a RAP pelo IPCA em 5,32%.

Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no período:

	31/03/2026	31/12/2025
Saldos iniciais	2.112.188	2.096.615
Receita de remuneração do ativo de contrato	53.316	133.958
Margem da obrigação de performance de construção	2	7.455
Receita de operação e manutenção	3.531	13.743
Perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(12)	(4.653)
Receita de construção da infraestrutura	129	50.306
Recebimento de RAP	(46.015)	(185.236)
Saldos Finais	2.123.139	2.112.188
Circulante	196.056	192.220
Não Circulante	1.927.083	1.919.968

10. Fornecedores

	31/03/2026	31/12/2025
Materiais	47	37
Serviços	8.438	13.388
Total ⁽¹⁾	8.485	13.425
Circulante	1.774	6.105
Não Circulante	6.711	7.320

(1) Refere-se às aquisições de materiais e serviços necessários à implementação de reforços, melhorias e operação e manutenção das Linhas de Transmissão.

11. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	31/03/2026
Moeda nacional						
Pré fixado	117.993	(3.745)	(2.231)	2.210	-	114.227
Total em moeda nacional	117.993	(3.745)	(2.231)	2.210	-	114.227
Moeda estrangeira						
Dólar	89.406	-	-	(3.599)	-	85.807
Marcação a mercado	(445)	-	-	-	(730)	(1.175)
Total em moeda estrangeira	88.961	-	-	(3.599)	(730)	84.632
Total	206.954	(3.745)	(2.231)	(1.389)	(730)	198.859
Circulante	15.775					16.746
Não circulante	191.179					182.113

Notas Explicativas

	31/12/2024	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	31/12/2025
Moeda nacional							
Pré fixado	133.056	-	(14.980)	(9.507)	9.424	-	117.993
Total em moeda nacional	133.056	-	(14.980)	(9.507)	9.424	-	117.993
Moeda estrangeira							
Dólar	-	86.000	-	(1.183)	4.589	-	89.406
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	(445)	(445)
Total em moeda estrangeira	-	86.000	-	(1.183)	4.589	(445)	88.961
Total	133.056	86.000	(14.980)	(10.690)	14.013	(445)	206.954
Circulante	15.718						15.775
Não circulante	117.338						191.179

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros (%a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (%a.a.)	Vencimento	Periodicidade e Amortização	(Taxa efetiva de juros) ⁽³⁾	(Taxa efetiva de Swao) (%a.a.) ⁽²⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽⁵⁾
	31/03/2026	31/12/2025								
LMTE X BASA - CCB 007-10/0062-3	114.227	117.993	PRÉ + 10.00%	-	out-33	Mensal a partir de abr/22	10,00%	0,00%	R + S	ICSD
Total em Moeda Nacional	114.227	117.993								
BOCOM BBM - LOAN Nº 58871	85.807	89.406	USD + 3.54%	CDI + 0,73	set-27	final	7,60%	15,05%	A	N/A
Marcação à Mercado de Dívida (4)	(1.175)	(445)								
Total em Moeda estrangeira	84.632	88.961								
Total	198.859	206.954								

(1) A= Aval Energisa S/A; R = Recebíveis e S = Seguro;

(2) Os contratos possuem proteção de *swap* e são avaliados a valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº19;

(3) As taxas efetivas de juros representam as variações no período findo em 31 de março de 2026.

(4) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como *Fair Value Option* (vide nota explicativa nº19);

Condições de *covenants*

(5) O empréstimo e financiamento possui cláusula restritiva, que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Maior ou igual a 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2026, as exigências contratuais foram cumpridas.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos períodos:

Moeda/indicadores	31/03/2026	31/12/2025
US\$ x R\$	-5,14%	-11,14%
CDI	3,41%	14,32%

Vencimentos:

Em 31 de março de 2026, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2026
2027	94.734
2028	14.979
2029	14.979
2030	14.979
Após 2030	42.442
Total	182.113

12. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	Encargos, atualização monetária e Custos	31/03/2026
Moeda Nacional			
Pós Fixado			
TJLP	397.693	9.848	407.541
(-) Custo com captação	(4.751)	246	(4.505)
Total ao custo amortizado	392.942	10.094	403.036
Circulante	79.231		82.026
Não circulante	313.711		321.010

	31/12/2024	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	31/12/2025
Moeda Nacional					
Pós Fixado					
TJLP	438.687	(76.260)	(4.381)	39.647	397.693
(-) Custo com captação	(5.733)	-	-	982	(4.751)
Total ao custo amortizado	432.954	(76.260)	(4.381)	40.629	392.942
Circulante	72.909				79.231
Não circulante	360.045				313.711

Notas Explicativas

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias	Covenants
	31/03/2026	31/12/2025								
Debentures 1ª Emissão	407.541	397.693	27/01/2012	569.568.025 / 569.568.025	TJLP + 6.00%	out-30	Semestral a partir de out/22	7,08%SG		ICSD
(-) Custos de captação	(4.505)	(4.751)								
Total	403.036	392.942								

- (1) Garantias: Conta Reserva do Serviço da Dívida (CRSD) equivalente a 3x o último serviço da dívida mensal. Penhor de 100% das ações da concessionária e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas – Reservas, mantidas na rubrica de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados no montante de R\$93.132 em 31 de março de 2026 (R\$71.156 em 31 de dezembro de 2025).
- (2) As debêntures da 1ª emissão possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a Companhia o direito de comprar estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura pública de emissão das debêntures. A Companhia mensurou o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração, em 31 de março de 2026, não há montante a reconhecer deste instrumento.

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas, que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Maior ou igual a 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2026, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de março de 2026, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2026
2027	80.396
2028	80.150
2029	80.150
2030	80.314
Total	321.010

Os principais indicadores utilizados para a atualização das debentures tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:”

Moeda/indicadores	31/03/2026	31/12/2025
TJLP	2,24%	8,67%

Notas Explicativas

13. Impostos e contribuições sociais

	31/03/2026	31/12/2025
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	103	135
Contribuições ao PIS e à COFINS (*)	197.659	196.997
Encargos Sociais	253	361
Imposto Sobre Serviços – ISS	146	190
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	171	327
Total	198.332	198.010
Circulante	1.909	2.611
Não circulante	196.423	195.399

(*) PIS e COFINS corrente e diferidos reconhecidos sobre o ativo de contrato, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP – Receita Anual Permitida.

14. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e ambientais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória e ambiental.

14.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Regulatória	Fiscal	Ambiental	31/03/2026	31/12/2025
Saldos iniciais	225	231	6.474	418	5.549	12.897	17.636
Provisões e reversões líquidas	(10)	-	-	-	-	(10)	(4.360)
Pagamentos realizados	(15)	-	-	-	-	(15)	(1.168)
Atualização	1	8	221	-	190	420	789
Saldos finais	201	239	6.695	418	5.739	13.292	12.897

Trabalhista

As ações judiciais de natureza trabalhista, têm majoritariamente discussões sobre responsabilidade subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas rescisórias referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Notas Explicativas

Fiscal

Processos relacionados a discussão sobre compensação não homologada de IRPJ/CSLL.

Ambiental

Os processos ambientais envolvem discussões sobre licenças ambientais.

Cível

Processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Regulatória

Processos envolvendo o pedido de suspensão da aplicação de Parcela variável à Companhia pelo atraso na entrada em operação das instalações de transmissão e suspensão dos descontos no pagamento das concessionárias, vinculado à aplicação de resolução normativa ANEEL 270/2007.

14.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhista, cível, fiscal e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Abaixo demonstrativo das movimentações dos processos classificados com prognóstico de perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Ambiental	31/03/2026	31/12/2025
Saldos iniciais	9	183.698	5.199	3.081	191.987	306.172
Novos processos	-	-	-	-	-	86
Mudanças de prognóstico	-	-	-	-	-	(81.141)
Encerramento de processos	-	(11.921)	-	-	(11.921)	(42.737)
Atualização	-	6.155	178	105	6.438	9.607
Saldos finais	9	177.932	5.377	3.186	186.504	191.987

Trabalhista

As ações judiciais de natureza trabalhista, têm majoritariamente discussões sobre responsabilidade subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas rescisórias referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, referem-se, em sua grande maioria a processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, além de ações consumeristas onde se discute demandas de cunho indenizatório.

Notas Explicativas

Principais processos:

Processo	Tipo	Objeto	31/03/2026	31/12/2025
S/N	Ações Consumeristas Apagão	Discute demandas de cunho indenizatório decorrentes de prejuízos oriundos do incidente do dia 03 de novembro de 2020, devido a ocorrência de um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03). Redução do valor em virtude do encerramento de processos extintos sem julgamento do mérito. Na Justiça Estadual foi instaurado o IRDR nº 0003649-80.2021.8.03.0000, onde foi fixada a tese de que "a justiça estadual não é competente para o julgamento das ações indenizatórias propostas em função do fornecimento de energia elétrica no Estado do Amapá em novembro de 2020, considerando a possibilidade de responsabilização da ANEEL, agência reguladora do sistema elétrico nacional". Neste sentido, pela ausência de pressuposto de validade e constituição regular dos processos que foram encerrados pela Companhia	69.207	78.567
1001396-65.2025.4.01.3100	Ação Civil Pública Apagão	Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal, envolvendo discussão sobre a interrupção no fornecimento de energia elétrica, ocorrida em 2020, no Estado do Amapá	107.449	103.898

Fiscal

As ações de natureza tributária referem-se basicamente discussões sobre não reconhecimento de compensações (PER/DCOMP) envolvendo saldo negativo de IRPJ e CSLL.

Ambiental

As ações de natureza ambiental referem-se basicamente discussões sobre suposto descumprimento de preceitos regulatórios.

15. Patrimônio Líquido

15.1 Capital Social

O capital social é de R\$667.013 (R\$667.013 em 31 de dezembro de 2025) representando 667.013.209 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, conforme composição abaixo:

	Ordinárias
Gemini Energy S.A.	567.260.000
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	99.753.209
	667.013.209

15.2 Reserva de lucros – reserva de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Norte, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo nº 635 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Notas Explicativas

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo da SUDAM nº 204/2018 – Ato Declaratório Executivo nº 134 – DRF/CBA de 19 de novembro de 2019, que impôs algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de produção ou operação de energia elétrica na área de concessão da Companhia.

16. A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reserva de lucros – reserva de incentivo fiscal (imposto de renda). No período findo em 31 de março de 2026 a Companhia apurou R\$2.235(R\$4.548 em 31 de dezembro de 2025) de redução de imposto de renda e adicionais. Receita operacional

	31/03/2026	31/03/2025
Receita de construção da infraestrutura	129	6.669
Receita de remuneração do ativo de contrato	53.316	52.456
Perda de eficiência na implementação da infraestrutura	(12)	(617)
Receita de operação e manutenção	3.531	3.261
Receita de margens da obrigação de performance de construção	2	96
Outras receitas	6.130	5.036
Total de receita operacional bruta	63.096	66.901
Deduções da receita operacional		
PIS corrente	(860)	(816)
PIS diferido	(181)	(288)
COFINS corrente	(3.963)	(3.757)
COFINS diferido	(832)	(1.327)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(2.093)	(1.788)
Taxa de fiscalização	(151)	(143)
Total da Deduções da receita	(8.080)	(8.119)
Receita operacional líquida	55.016	58.782

17. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base no resultado do período atribuível e a respectiva média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período	27.928	24.816
Média ponderada de número de ações	667.013	667.013
Lucro líquido básico por ação em Reais - R\$(¹)	0,04	0,04

(¹) A Companhia possui debêntures conversíveis em ações e opções de compra destas mesmas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº12, e, portanto, seu período teria efeito antidiluidor. Por esse motivo, o resultado diluído por ação equivale ao resultado básico por ação.

18. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a

Notas Explicativas

terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Ramos	Data de vencimento	Importância segurada	Prêmio anual	
			31/03/2026	31/12/2025
Auto Frota	23/10/2026	Até 1.000/veículo	3	2
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	4	4
Responsabilidade Civil Geral	30/06/2026	90.000	13	13
Riscos Operacionais	30/06/2026	200.000	733	733
Riscos de Engenharia (RE)	30/07/2026	12.409	218	438
Vida em grupo e acidentes pessoais	31/01/2028	6.291	17	17
Responsabilidade civil administradores e diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	1	1
Transporte nacional	30/07/2026	Até 5.000/viagem	1	1
			990	1.209

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	31/03/2026		31/12/2025	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa	2	16.649	16.649	10.859	10.859
Concessionárias e Permissionárias	2	23.346	23.346	22.781	22.781
		39.995	39.995	33.640	33.640
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	121.175	121.175	96.430	96.430
Instrumentos financeiros derivativos	2	2.501	2.501	8.977	8.977
		123.676	123.676	105.407	105.407
PASSIVO	Nível	31/03/2026		31/12/2025	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivo					
Custo amortizado:					
Fornecedores	2	8.485	8.485	13.425	13.425
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	517.263	517.263	510.935	510.935
		525.748	525.748	524.360	524.360
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	7.203	7.203	6.351	6.351
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	84.632	84.632	88.961	88.961
		91.835	91.835	95.312	95.312

Notas Explicativas

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. 31 de março de 2026, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado. Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa).

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. 31 de março de 2026, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 31 de março de 2026 o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$730 e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Gerenciamento dos riscos

Administração financeira de riscos

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é como segue:

	31/03/2026	31/12/2025
Dívida ⁽¹⁾	601.895	599.896
Caixa e equivalentes de caixa	(16.649)	(10.859)
Dívida líquida	585.246	589.037
Patrimônio líquido	1.128.321	1.100.380
Índice de endividamento líquido	0,52	0,54

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas.

Notas Explicativas

Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (% a.a.)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		8.485	-	-	-	-	8.485
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	10,45%	56.708	57.717	319.720	288.147	31.484	753.776
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.737	3.466	(2.501)	-	-	4.702
Total		68.930	61.183	317.219	288.147	31.484	766.963

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. As transmissoras são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras, são como segue:

	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	4.1	16.649	10.859
Concessionárias e permissionárias	5	23.346	22.781
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	121.175	96.430
Instrumentos Financeiros derivativos	19	2.501	8.977

Notas Explicativas

Risco de mercado: taxa de juros e de cambio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de março de 2026, excluídos os efeitos dos custos com captação é de R\$606.400, onde R\$84.632 estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº11 e 12.

Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o período findo em de março de 2026 com redução de 5,14% sobre 31 de dezembro de 2025, cotado a R\$5,2194/USD (R\$5,5024/USD em 31 de dezembro de 2025). A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de março de 2026 era de 10,56% enquanto em 31 de dezembro de 2025 foi de 10,12%.

O balanço patrimonial da Companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	31/03/2026	31/12/2025
Ativo não circulante	2.501	8.977
Total do ativo	2.501	8.977
Passivo Circulante	7.203	6.351
Total do passivo	7.203	6.351

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados às moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (moeda estrangeira)	Custo financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta ativa	Ponta passiva		
Resolução 4131 – Bocom BBM	16.223	USD + 5,22%	CDI + 0,73%	16/09/2027	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como *Fair Value Option*, vigentes em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Dívida designada para Fair Value Option	86.000	86.000	Moeda Estrangeira	(84.752)	(88.976)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira	84.752	88.976
Swap Cambial (Derivativo)	86.000	86.000	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(89.454)	(86.350)
			Posição Líquida Swap	(4.702)	2.626
			Posição Líquida Dívida + Swap	(89.454)	(86.350)

Notas Explicativas

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de março de 2026 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº11 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida no site do banco central.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial no período findo em 31 de março de 2026, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida em moeda estrangeira	(86.000)		(80.102)	(99.815)	(119.528)
Variação da dívida			5.898	(13.815)	(33.528)
Swap cambial					
Posição ativa					
Instrumentos financeiros derivativos	84.752	Alta Cambio	78.854	98.567	118.280
Variação			(5.898)	13.815	33.528
Posição passiva					
Instrumentos financeiros derivativos – Taxa de juros CDI	(89.454)		(89.454)	(89.454)	(89.454)
Variação – Taxa de juros CDI			-	-	-
Subtotal	(4.702)		(10.600)	9.113	28.826
Total líquido	(90.702)		(90.702)	(90.702)	(90.702)

^(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de março de 2026, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$90.702.

Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2026 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros					
ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	121.175	Alta CDI	12.723	15.904	19.085
Instrumentos financeiros passivos:					
<i>Swap</i>	(89.454)	Alta CDI	(9.393)	(11.741)	(14.090)
	(407.541)	Alta TJLP	(37.208)	(46.510)	(55.812)
Subtotal ⁽²⁾	(496.995)		(46.601)	(58.251)	(69.902)
Total -perdas ⁽²⁾	(375.820)	-	(33.878)	(42.347)	(50.817)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de março de 2026 (10,50% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 março de 2026 e TJLP 9,13% ao ano.

⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$109.405.

20. Benefícios pós-emprego

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33 (R2).

Em 31 de março de 2026, a despesa de patrocínio ao plano foi de R\$58 (R\$53 em 31 de março de 2025), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do período.

21. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	31/03/2026	31/12/2025
Outras transações não caixa		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	53.316	133.958
Receita de margens da obrigação de performance da construção	2	7.455
(Perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(12)	(4.653)
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	89	1.120
Atividades de investimentos		
Aplicações em linhas de transmissão de Energia	-	11.734

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Acionistas, Diretores e Administradores da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Ênfase

Incêndio nos transformadores da linha de transmissão

Chamamos a atenção para a nota explicativa 14.2 às informações financeiras intermediárias na qual a Companhia divulga que responde à processos na esfera civil, de cunho indenizatório, decorrente de prejuízos causados pelo incêndio na Subestação de Macapá em 3 de novembro de 2020, que afetou o fornecimento de energia do Estado do Amapá. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC RJ-093771/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2026

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisou, discutiu e concordou, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 11 de maio de 2026.

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

Gioreli De Sousa Filho
Diretor de Transmissão

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 11 de maio de 2026.

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

Gioreli De Sousa Filho
Diretor de Transmissão

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG